

TelComp quer ampliar protagonismo das Operadoras Competitivas nas discussões regulatórias sobre telecomunicações e 5G

Nova missão da Associação foca na defesa de boas práticas para um ambiente competitivo no ecossistema de conectividade

São Paulo, 21 de dezembro de 2021 – A TelComp (Associação Brasileira das Prestadoras de Serviço de Telecom Competitivas) atualizou sua missão e estatuto no último mês de novembro, preparando-se para atuar em linha com as novas demandas de suas Associadas em uma sociedade mais digital e conectada.

Pela proposta aprovada em Assembleia Geral, a Associação, que nos últimos 20 anos esteve mais focada em temas relacionados à consolidação da infraestrutura em todo o país, vai agora destinar mais esforços para participar, de forma assertiva, das discussões regulatórias e em defesa da competitividade e de boas práticas para o setor de telecomunicações.

Para isso, vai ampliar sua atuação institucional com a inauguração de um escritório de representação em Brasília, para acompanhar e participar de maneira mais próxima da elaboração das leis, normas e regras junto aos órgãos reguladores, Congresso, Governo Federal e Judiciário.

“Os novos desafios para as Operadoras Competitivas são a manutenção de um ambiente competitivo e com boas práticas em todo o setor de telecomunicações, que requer uma atuação mais intensa e próxima das instâncias decisórias, que são as agências reguladoras, o Congresso, o Governo Federal e o Judiciário. Dessa forma é que conseguiremos garantir nosso espaço já na formulação das políticas”, explica Tomas Fuchs, presidente do Conselho de Administração da Associação.

Outro movimento estratégico para ampliar a interlocução das Operadoras Competitivas com outras organizações da sociedade civil será a regionalização de sua atuação, com presença maior e mais constante fora de sua sede São Paulo. A primeira iniciativa já aconteceu nos dias 23 e 24 de novembro, em Recife, onde o presidente da TelComp Luiz Henrique Barbosa esteve reunido com representantes das áreas de ciência e tecnologia da prefeitura e com a concessionária de energia local.

“Ao mesmo tempo em que queremos participar da formulação das regras, entendemos que é preciso fortalecer a representatividade regional das Associadas, tanto para garantir tudo o que foi conquistado ao longo dos últimos 20 anos, quanto para defender questões locais importantes, como as que envolvem os postes para cabeamento das fibras, leis municipais de antenas e estaduais de cobrança de ICMS, por exemplo”, diz Luiz Henrique.

A atuação da TelComp será baseada em comitês, como o de Regulação e o de Infraestrutura, que auxiliará as empresas associadas em temas como coordenação de obras compartilhadas, relacionamento institucional com prefeituras e governos

estaduais, com detentores de “direito de passagem” em rodovias e ferrovias, além de distribuidoras de energia elétrica.

Este movimento da Associação acontece quando se inicia a implantação do 5G no país, o que vai abrir um universo de oportunidades para o crescimento de toda a economia. E se torna extremamente estratégico para as operadoras competitivas, que são as principais prestadoras de serviço de telecomunicações fora dos grandes centros, o que significa terem um papel fundamental para a transformação digital de quem vive na maior parte dos municípios brasileiros.

Sobre a TelComp

Fundada em janeiro de 2000, a TelComp reúne mais de 70 operadoras de telecomunicações e atua para promover a competição como alavanca para o desenvolvimento do setor. É uma entidade plural que representa os interesses de operadoras de telefonia fixa e móvel; banda larga e acesso à internet; TV por assinatura; data centers e serviços corporativos. Sua reputação institucional foi construída ao longo dos anos, a partir da coerência de seus posicionamentos na defesa de teses importantes para a o fomento à competição e o desenvolvimento das telecomunicações, a espinha dorsal da economia digital. Com legitimidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, é interlocutora no setor, representando suas Associadas perante os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, em especial junto a Anatel, assim como Ministérios, Congresso, Governos Estaduais e Municipais, Tribunal de Contas da União e o CADE.